

QUESTÃO AGRÁRIA

# Polícia Civil prende 9 ligados ao MST no interior paulista

Detidos são acusados de formação de quadrilha, furto, dano qualificado e esbulho possessório

Roldão Arruda

A Polícia Civil de São Paulo prendeu ontem nove pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra, nos municípios de Iaras e Borebi, interior do Estado. As prisões fazem parte da Operação Laranja, que teve início às duas horas da madrugada, com o objetivo de cumprir 20 mandados de prisão e outros 30 de busca e apreensão. Entre os detidos estão uma vereadora de Iaras e um ex-prefeito, ambos filiados ao PT.

A operação foi desencadeada em decorrência das investigações destinadas a apurar e apontar responsáveis pela invasão da Fazenda Cutrale, em Borebi, outubro do ano passado. O episódio ficou conhecido por causa da divulgação de imagens mostrando a destruição de pés de laranja na fazenda.

De acordo com o delegado Roberval Antonio Fabbro, assistente da Delegacia Seccional de Bauru, onde está centralizada a

operação, os militantes estão temporariamente detidos. São acusados por formação de quadrilha, furto, dano qualificado e esbulho possessório.

O delegado também informou que das nove pessoas presas, sete estavam na lista de nomes com prisões decretadas. As outras duas foram detidas em flagrante, acusadas de porte ilegal de armas.

Segundo Fabbro, seis armas foram localizadas, sendo que uma delas seria de uso restrito. Defensivos agrícolas, fertilizantes, ferramentas, documentos e aparelhos eletrônicos também teriam sido apreendidos.

As ordens de prisão foram expedidas pelo juiz Mário Ramos dos Santos, da 1ª Vara Criminal de Lencóis Paulista. Entre os detidos encontram-se o ex-prefeito de Iaras, Edilson Granjeiro Xavier, filiado ao PT; a vereadora Rosemeire Pandarco de Almeida Serpa, também petista; e o marido dela, Miguel Serpa, um dos líderes do MST na re-



LUIS CARDOSO/AGÊNCIA BOM DIA

**DETIDO** – Miguel Serpa: um dos líderes do MST no centro oeste paulista

gião da fazenda da Cutrale.

Até ontem à noite, o advogado do MST, Bruno de Oliveira, ainda não havia conseguido obter informações oficiais sobre as prisões, nem sobre o inquérito que deu origem à Operação Laranja. O advogado, integrante da Rede Nacional de Advogados Populares, também não tinha obtido a lista com os nomes

completos dos detidos. “Sei apenas que são lideranças do MST na região”, disse ele.

Na opinião do advogado, a operação tem caráter político. “O ex-prefeito e a vereadora de Iaras não tem nada a ver com o episódio”, afirmou. “Estamos vendo que se trata de uma operação com objetivos políticos, disfarçada de operação legal.”

ESTADOS

## OAB vai apurar caso da mulher de Cabral

Alfredo Junqueira

RIO  
A seção do Rio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) abriu procedimento para apurar a atuação da primeira-dama do estado, Adriana Ancelmo Cabral, e de seu escritório de advocacia. O caso que motivou o início da investigação foi o contrato assinado entre o escritório Coelho, Ancelmo e Dourado Advogados e a concessionária do metrô fluminense no início de 2008. A mulher do governador Sérgio Cabral (PMDB) e o sócio dela, Sérgio Coelho, assumiram a defesa da empresa em ação coletiva de consumo proposta pelo Ministério Público do Rio, conforme revelou o **Estado** no domingo.

O presidente do Tribunal de Ética da OAB fluminense, João Baptista Lousada Câmara, explicou que solicitou cópia do contrato ao escritório da primeira-dama. Apesar de ainda não ter sequer analisado o documento, o advogado já afirmou que acredita não haver impedimento para a atuação de Adriana em favor da concessionária. Ele disse que não poderia dar outras informações “por se tratar de um procedimento que corre em sigilo de Justiça”.

INCENTIVOS

Lousada Câmara se recusou a avaliar se o fato de a primeira-dama e de seu escritório representarem também um dos principais fornecedores terceirizados do Estado, o grupo Facility, e oferecerem serviços como “assessoria da obtenção de incentivos fiscais” são passíveis de apuração. O presidente da OAB fluminense, Wadih Damous, disse só se manifestará após a avaliação do Tribunal de Ética da entidade.

Dados do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Rio mostram que o escritório representou oito clientes com ações tributárias contra o Estado. Em pelo menos um caso, o processo começou quando Cabral já era governador. O escritório alega que abriu mão de todas essas causas contra o Estado desde que Cabral assumiu o governo do Rio. ●

JUDICIÁRIO

## Acordo prevê que AGU vai fazer defesa do CNJ

Lucas Abreu Maia

A Advocacia-Geral da União (AGU) deve passar a atuar como defensora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O acordo entre os dois órgãos foi fechado ontem entre o presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, e deverá durar por pelo menos cinco anos.

Antes do acordo, o conselho não tinha quem o defendesse nos processos em que era réu. De acordo com o texto assinado ontem, a AGU deverá apontar dois de seus advogados para atuar dentro do CNJ – em espaço físico cedido pelo conselho. Em processos nos quais o CNJ e a União estejam em conflito, caberá à AGU disponibilizar um advogado exclusivamente para a defesa do conselho.

Antes, se algum tribunal discordasse das decisões do CNJ, recorria ao Supremo Tribunal Federal (STF). O STF pedia, então, explicações ao CNJ – que deveria justificar a resolução, mas sem ter quem advogasse em sua defesa. No entanto, dificilmente o STF dava parecer contrário ao conselho – atualmente, Mendes divide a presidência de ambos os órgãos.

PROATIVA

Para o professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro Joaquim Falcão, o acordo pode ser uma maneira de garantir que as resoluções do CNJ sejam seguidas. “Espero que a AGU não atue apenas na defesa passiva, mas seja proativa e provoque o Supremo em caso de desrespeito às resoluções do CNJ”, opina Falcão. “O conselho vive uma fase delicada, porque muitas decisões simplesmente são ignoradas.”

Ele reconheceu que o fato de o advogado-geral da União ser indicado pelo presidente da República pode dar margem a uma interferência do Executivo no CNJ, mas afirma considerar essa hipótese remota. “Até porque o acordo não prevê exclusividade. O CNJ não precisa usar os serviços da AGU se não quiser”, argumenta. ●

CASAS

BAHIA

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

[casasbahia.com.br](http://casasbahia.com.br)

SEM JUROS

DIREITOS HUMANOS

## Erenice preside grupo que vai criar a Comissão da Verdade

Braço direito de Dilma, ela, Paulo Sérgio Pinheiro e mais 4 membros devem enviar projeto ao Congresso até abril

Vannildo Mendes

BRASÍLIA  
Pivô do escândalo dos cartões corporativos, suspeita de ter coordenado a confecção de um dossiê para incriminar o governo Fernando Henrique Cardoso, a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, braço direito da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, presidirá o grupo de trabalho encarregado de propor ao Congresso a criação da Comissão Nacional da Verdade. A Comissão da Verdade vai apurar casos de tortura, sequestros, desaparecimentos e violações de direitos humanos na ditadura militar (1964-1985). Proposta em decreto presidencial, a comissão gerou crise entre o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e a área militar. Erenice encabeça a lista de seis membros do grupo.

Ontem, a Comissão de Mortos e Desaparecidos do governo fechou a lista ao eleger, por unanimidade, o representante da sociedade civil que vai integrar o grupo. O escolhido foi o professor Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador-geral do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), consultor das Nações Unidas e últi-

mo secretário nacional de Direitos Humanos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Pinheiro é autor das versões 1 e 2 do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), tem livre trânsito com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e funcionará como bombeiro da crise aberta com o setor militar em torno da proposta de punição a agentes do Estado que praticaram tortura, crime considerado imprescritível pela Constituição. Tida como revanchista

### Proposta abriu crise entre Vannuchi e área militar

por Jobim e pelos comandantes militares, a proposta consta da terceira versão do plano, lançado por decreto do presidente Lula em dezembro de 2009.

Pressionado, o governo recuou e refez o decreto, publicada em 13 de janeiro com redação mais branda, da qual foram suprimidas expressões como “repressão política” no artigo que trata das atribuições da Comissão da Verdade.

Oliveira também observou que a questão principal não está sendo tratada: “Os sem-terra invadiram uma área de terra pública, que foi ocupada indevidamente por uma empresa privada. Em vez de exigir a desocupação da área e destiná-la à reforma agrária, como manda a lei, estão caçando militantes do movimento social.”

De acordo com a polícia, parte das investigações continuará sendo mantida em sigilo, para se garantir a elucidação dos fatos. Segundo o delegado Fabbro, esse procedimento é garantido pelo Código Penal.

Cerca de 150 policiais foram mobilizados na operação. Em nota sobre o assunto, a direção estadual do MST acusou os policiais de “promoverem o terror em algumas comunidades”. Também manifestaram o temor de o cerco policial na região se mantenha por mais dias. ●

32" TV 32 Full HD a partir de R\$ 1.7 à vista

TV 32" LCD Full HD\*\*\* a partir de

SONY TV 52" LCD Full HD Bravia. 0+10 R\$ 499,90 SEM JUROS NO CARTÃO

COMPRE UMA TV SONY 52" FULL HD LCD E LEVE UM BLU-RAY SONY

Com DVD / USB / HDMI

BDP-S340/B

TOM A LO

BRU49

BRASTEMP 433 litros Frost Free

IPI REDUZIDO O PREÇO BAIXOU 0+10 R\$ 249,90 SEM JUROS NO CARTÃO ou R\$ 2.499,00 à vista

BRASTEMP Refrigerador 2 portas

Aceitamos cartões de crédito: NALIA, NALIA, VISA, VISA, MasterCard, American Express, Banco, Banco, Cheque Eletrônico, AURA

é válida no dia 27/1/2010, somente para as lojas relacionadas, com prazo de validade de oferta condicionado de acordo com a disponibilidade do estoque. O dinheiro ou mercadorias, eventual diferença entre